

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: NOTÍCIA HISTÓRICA

REJANE DE MEDEIROS CERVI

Doutora em Filosofia da Educação — Educação Comparada pela Universidade de Barcelona — Espanha

Professora Titular do Departamento de Planejamento e Administração Escolar

O Programa de Pós-Graduação em Educação a nível de Mestrado, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, foi criado em 1974, instalado em 1975 e credenciado, pela primeira vez, em 1977, pelo Parecer 3.173/77, do Conselho Federal da Educação.

O projeto original estava voltado à área de Planejamento Educacional, em função da condição de qualificação profissional dos professores que lideraram a iniciativa, e, também, em função da conjuntura política à época, que já havia instaurado as reformas educacionais no ensino universitário, em 1968, e no ensino de primeiro e segundo graus, em 1971. Procurava-se atender à motivação de planificação, em todas as esferas e setores da administração pública, que retratou a década de 70.

Todavia, este mesmo clima ordenador da realidade social nacional pode, certamente, justificar o realinhamento da vocação do Programa que se pretendia instalar. Por sugestão superior, o primeiro projeto foi reformulado, tendo sido deslocado seu eixo temático para o objeto "Currículo".

Simultaneamente e em conseqüência de tal alteração, integraram-se ao quadro do Programa, professores visitantes oriundos de Brasília e de São Paulo, especializados na nova área definida.

Nesse momento, o Programa experimenta uma relação imprevista, reflexo do encontro entre a tradição docente da Universidade Federal do Paraná e os especialistas recém-incorporados. Enquanto os primeiros desenvolviam os estudos de fundamentação filosófica, sociológica e psicológica, os professores adventícios atuavam no campo instrumental do currículo. Não obstante, o ponto de convergência dos estudos esteve restrito à teoria e prática educacional burocratizada, isto é, ao conteúdo do sistema de ensino convencional.

No decorrer dos anos, as incursões críticas tornaram explícito o sentimento de que a educação não se esgota no âmbito da instituição escolar convencional. Ao contrário, extrapola muros, mecanismos, faixas etárias, métodos e temáticas, configurando um perfil problemático multifuncional e expondo um campo alternativo de abordagem educacional. Tal percepção transparece, tenuamente, já em algumas dissertações desde os primeiros anos da produção científica do mestrado.

Após quase uma década de vivência especulativa sobre a questão “curricular”, e, sob pressão de uma demanda, provocada por uma clientela diferente e diferenciada, deu-se a abertura do Programa, com a indicação de uma nova área de concentração: “Recursos Humanos e Educação Permanente”.

De certa forma, há uma contraposição de influências no Programa. A primeira área — de Currículo — estava calcada em matrizes conceituais norte-americanas. Digase, de passagem, que o próprio corpo docente integrou, em seu início, quatro professores daquela nacionalidade, além do que os demais que atuaram especificamente no

campo metodológico e instrumental do “currículo” haviam obtido a sua qualificação nas mesmas terras. A segunda área — de Recursos Humanos e Educação Permanente — estava mais identificada com a orientação européia, difundida pela UNESCO, de educação continuada. O Programa recebe, em 1978, a visita de um filósofo educacional suíço — que desenvolve um trabalho de revisão da produção científica dos mestrandos, buscando a sua integração em uma linha de preocupação política abrangente.

Os estudos e pesquisas de situações formativas não convencionais haviam sido, de início, oportunizados por um curso de pós-graduação **lato sensu**, realizado de maio de 1982 a maio de 1983. Sua culminância coincide com a apresentação de proposta específica encaminhada adstriamente ao mesmo expediente de credenciamento da área de Currículo. No ano seguinte, a nova área recebe autorização do Conselho Federal de Educação, pelo Parecer 640/84, para funcionar em caráter experimental.

Até à época da criação da nova área, isto é, até 1982, haviam ingressado no Programa de Pós-Graduação em Educação 184 (cento e oitenta e quatro) mestrandos, dos quais 140 (cento e quarenta) defenderam dissertação, 18 (dezoito) obtiveram certificado de especialização e 26 (vinte e seis) abandonaram o Programa.

Reformas na estrutura curricular foram efetuadas, mas a rigidez e a abrangência dos estudos que constituíam obstáculo concreto para a dedicação à pesquisa e a conclusão do próprio curso não foram neutralizadas. Somente por aí se justificam os abandonos ocorridos.

De qualquer modo, não é legítimo afirmar que o Programa estacionou. As tentativas de melhorá-lo se refletem nas mudanças, ainda que parciais, introduzidas. A própria seleção passou por fórmulas alternativas (análise de pretensões, seleção no contexto mediante curso intro-

duto, e hoje sistema de provas e entrevistas), além de outros dispositivos relacionados a situações menores (estudo independente, prorrogação, seminários...).

A evolução da demanda acadêmica pelo Programa de Pós-Graduação, por si só, justificaria a sua oferta, isto é, consideradas as aspirações individuais daqueles que procuram a Instituição. Entretanto, cabe aprofundar a justificativa do Programa em termos da especificidade social da demanda pela qualidade dos estudos que se oferece.

Esta justificativa se prende, de modo imediato, ao contorno regional. O Paraná conta, hoje, com aproximadamente 50 instituições de ensino superior, entre elas cinco universidades, além desta UFPR. As instituições estão distribuídas pelo interior do Estado, formando uma rede em expansão e com caráter diversificado. A política atual do ensino superior no Paraná está voltada à qualificação da rede existente como preâmbulo desta expansão, entre outras prioridades definidas a médio prazo pela Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do Estado (1988).

Além disso, os sistemas de ensino de 1.º e 2.º graus, na esfera estadual, e de 1.º grau, na esfera municipal de Curitiba, estão implementando pesquisas e mudanças curriculares de impacto.

Soma-se à realidade escolar, no conjunto social regional, o porte e a complexidade das organizações públicas e empresariais, sugerindo um espaço ao desenvolvimento de seus quadros e desafiando a projeção de estratégias e mecanismos de educação permanente. Do mesmo modo, a densificação da vida cultural e política da sociedade brasileira delega tarefas a uma ação educacional de conscientização e de enriquecimento vivencial absolutamente inédita.

No intuito de atender a tal realidade, em princípio regional, o Programa de Pós-Graduação tem, como objetivos principais, hoje:

- a) qualificação de profissionais para o exercício docente no sistema de ensino superior;
- b) qualificação de pesquisadores no campo da educação;
- c) qualificação de profissionais para o exercício pedagógico-educacional em sistemas educacionais convencionais e não convencionais;
- d) ampliação e desenvolvimento do conhecimento e da crítica na área de educação;
- e) contribuição à construção da identidade da educação nacional, em seu pensamento pedagógico na prática, e do sentido de solidariedade internacional.

O acesso ao Programa está aberto aos egressos de quaisquer cursos de graduação, atendendo ao princípio de pluralismo e flexibilidade que se impõe à educação convencional e não convencional, sem prejuízo da canalização de prioridades que se favorece no momento, como a formação de professores do ensino superior, por exemplo.

A heterogeneidade dos inscritos no Programa vem, assim mesmo, proporcionando, pela sua produção científica, um delineamento convergente, voltado a subáreas problemáticas no âmbito do “desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis”, da organização e política universitária e na política de desenvolvimento de recursos humanos nos sistemas de administração pública e privada, neste último âmbito com um destaque inferior.

Até o ano de 1988, em que se comemora o 50.º aniversário da Pedagogia no Paraná, o Programa de Pós-Graduação, expressão extensiva daquela Pedagogia, acolheu

300 mestrandos, havendo conferido o Grau de Mestre a 172 postulantes. O professor Lauro da Silva Becker, do Setor de Educação, foi o primeiro mestrando a realizar a defesa pública da dissertação, em 13 de agosto de 1977.

Na lembrança mais cara do Programa, destacam-se os professores Lauro Esmanhoto (o primeiro Coordenador do Mestrado), Maria Olga Mattar e Albano Woiski, integrantes da Comissão que elaborou o primeiro Anteprojeto do Mestrado, bem como a professora Zélia Milléo Pavão, Diretora do Setor de Educação à época, os quais mantiveram a empreitada, a despeito das injunções centralizadoras de Brasília, que esboçavam outro destino para os nossos sonhos.

Na atualidade, o Programa sofre uma reforma importante. Trata-se de flexibilizar a estrutura do Mestrado e democratizar a sua gestão. Além disso, acionam-se estratégias para irromper o espaço da pesquisa, até hoje limitado, e para concretizar uma articulação interinstitucional a nível local, regional, nacional e internacional. Vive-se a ilusão de poder encontrar uma forma de viver a modernidade, superando as fronteiras sociais, o que corresponde a realizar uma solidariedade possível e necessária, com vistas ao desenvolvimento de uma cidadania universal.